

O trabalho com o nome próprio na Educação Infantil

(The importance of working with the proper name in the literacy)

Amanda Ferreira Beluzo¹; Alessandra Corrêa Farago² (O)

¹(G) Centro Universitário UNIFAFIBE – Bebedouro
amandafbeluzo@hotmail.com

²Centro Universitário Claretiano – Batatais SP
farago@claretiano.edu.br

Abstract. *Writing the name itself is extremely important for children who realize the name as a first sign of the formation of their identity and it sets them apart from others. In this context, this study aims to discuss the importance of working with the proper name in the literacy process on infant education. From the nature of the data collected, this work is characterized as a qualitative bibliographical research. According to the data obtained, it was found that in the literacy process, the name is configured as a first repertory of letters that children have. Therefore, when the teacher makes an intensive reflection work about writing the child is able to understand the alphabetic writing system and to appropriate it.*

Keywords. *Literacy. Proper name. Infant education. Identity. Alphabetic writing system.*

Resumo. *A escrita do nome próprio é extremamente importante para as crianças que percebem o nome como o primeiro indício de formação da sua identidade e que o diferencia dos outros indivíduos. Nesse contexto, esse trabalho tem como objetivo discutir sobre a importância do trabalho com nome próprio no processo de alfabetização da Educação Infantil. Pela natureza dos dados coletados esse trabalho se caracteriza como uma pesquisa bibliográfica de cunho qualitativo. Em função dos dados obtidos, verificou-se que no processo de alfabetização o nome próprio se configura como primeiro repertório de letras que a criança possui. Assim, quando o professor faz um trabalho intensivo de reflexão sobre a escrita a criança tem condições de compreender o sistema de escrita alfabética e de apropriar-se dele.*

Palavras-chave. *Alfabetização. Nome próprio. Educação infantil. Identidade; Sistema de escrita alfabética.*

Introdução

Antes de ingressarem na escola, as crianças sabem muito sobre a linguagem escrita. Apesar de não terem aprendido a ler e escrever, elas possuem contato direto com a escrita através do meio que estão inseridas e tudo que faz parte do seu ambiente familiar. A apropriação e utilização de recursos comunicativos se iniciam muito antes da escolarização propriamente dita.

O crescimento intelectual da criança se dá por meio da interação com adultos e com outras crianças, o convívio no espaço escolar, na família e no grupo social que potencializam o desenvolvimento da linguagem e o domínio da língua oral.

Ao conviver e interagir com a linguagem escrita em sua vida social, a criança observa, pensa, faz perguntas, cria hipóteses, experimenta, toma decisões, tira conclusões viabilizando o desenvolvimento de pensamento e da linguagem.

Pensando na temática de linguagem falada e escrita foi estabelecido como recorte para esta pesquisa, o trabalho com o nome próprio na educação infantil. Considerando que de acordo Ferreiro e Teberosky (1989, p. 215) “o nome próprio como a primeira forma de escrita dotada de estabilidade, como protótipo de toda escrita posterior, em muitos casos, cumpre uma atenção muito especial na psicogênese”.

Diante dessa assertiva, o referencial teórico utilizado neste artigo defendeu que o trabalho com nome próprio parte do pressuposto que o nome da criança é uma palavra que forte conteúdo significativo e emocional sendo o primeiro sinal de identidade e reconhecimento infantil.

Partindo desta premissa, buscou-se na Educação Infantil o contexto e a etapa ideal para se iniciar com o reconhecimento e apropriação do nome próprio de forma significativa para a criança.

A escolha do tema da presente pesquisa ocorreu em função de que o nome próprio tem uma carga afetiva para criança, pois marca sua identidade. Além disso, é a primeira conquista escrita de uma criança, por isso, um trabalho de alfabetização a partir da escrita do nome próprio deve receber atenção especial na educação infantil.

Além disso, fez-se necessário ressaltar que este artigo defende a importância de um trabalho intencional que leve ao reconhecimento e reprodução do próprio nome uma vez escrita do nome fornece às crianças um repertório básico de letras que lhes servirá de fonte de

informação para produzir outras escritas. Tal habilidade é essencial para o processo de apropriação do sistema de escrita.

A presente pesquisa teve como fundamentação teórica os autores que consideram o nome próprio como modelo de referência para as crianças e oportunidade de reflexão sobre o sistema de escrita (FERREIRO, 2001; VYGOTSKY, 2002; SANTOS, 2005; PEREZ, 1992; ANTUNES, 2008; KLEIMAN, 1985; SOARES, 2001)

A grande contribuição deste estudo parte do pressuposto que ao escrever o nome próprio a criança pensa e aprende muito sobre como o sistema de escrita funciona. Dessa forma, este artigo teve como objetivo discutir a importância do nome próprio no processo de alfabetização na educação infantil. O estudo realizado foi uma pesquisa exploratória, de natureza qualitativa, sendo caracterizado, segundo a natureza dos dados, como uma pesquisa bibliográfica.

O presente artigo foi estruturado em três seções: a primeira, contextualizou a alfabetização na educação infantil, mostrando os antigos métodos de alfabetização e o atual; a segunda discutiu o trabalho de alfabetização do nome próprio na educação infantil e a terceira seção tratou sobre o nome próprio e a formação da identidade.

1. Alfabetização na educação infantil

O conceito de alfabetização, essa palavra ainda assusta os professores, pois esse termo traz inúmeras representações sobre o que significa alfabetizar, sendo que várias ideias surgiram em torno da escrita mecânica, como afirma Vygotsky:

Até agora a escrita ocupou um lugar muito estreito na prática escolar, em relação ao papel fundamental que ela desempenha do desenvolvimento cultural da criança. Ensinam-se as crianças a desenhar letras e construir palavras com elas mais não se ensina a linguagem escrita. Enfatiza-se de tal modo a mecânica de ler o que está escrito, que se acaba obscurecendo a linguagem escrita como tal. (VYGOTSKY, 2003, p.139).

Os antigos métodos de alfabetização eram feitos por meio de silabários, ou seja, por meio de repetições e memorização, os professores ensinavam todas as “famílias silábicas” e depois disso, o aluno já estava apto a escrever seu nome e outras palavras que compunham as letras aprendidas.

Dessa maneira, o processo de alfabetização era um processo de memorização progressiva, onde as crianças eram consideradas como tábula rasa, a leitura era um processo de decodificação e a escrita era apenas a codificação de grafemas sem nenhuma reflexão.

Essa forma de utilização da escrita causou um grande problema no ensino e na abordagem teórica do problema, como afirma Vygotsky (2003, p. 139):

Esse entusiasmo pela mecânica da escrita causou impacto não só no ensino como na própria abordagem teórica do problema. Até agora a psicologia tem considerado a escrita simplesmente como uma complicada habilidade motora. Notavelmente, ela tem dado muita pouca atenção à linguagem escrita como tal, isto é, um sistema particular de símbolos e signos cuja dominação prenuncia um ponto crítico em todo o desenvolvimento cultural da criança.

Na educação infantil, a questão da alfabetização ou do letramento tem muita importância, porque é na escola ou na creche que as crianças vão se aproximarem da escrita na companhia de um adulto, as crianças vivem em um mundo cercado de escrita, onde elas pensam na escrita muito antes de chegarem à escola, e cada criança ingressa de forma diferente na linguagem escrita.

Há crianças que ingressam na língua escrita pela magia (uma magia cognitivamente desafiante) e crianças que entram na língua escrita pelo treino de “habilidades básicas”. Em geral, as primeiras se tornam leitoras, as outras, têm um destino incerto. (FERREIRO, 1999, p.27).

Dessa forma, é fundamental saber que para as crianças se apropriarem do nosso sistema de escrita, elas precisam compreender seu processo de construção e suas regras de produção, planejando situações desafiadoras, onde elas possam pensar mais sobre a escrita.

Vale ressaltar que a contribuição do “outro” é muito importante para a interação e a problematização que eles se colocam e, com isso acabam intervindo mutuamente em seu processos de aprendizagem. Para isso acontecer o professor precisa planejar agrupamentos produtivos tornando a escrita mais problematizadora.

De acordo com Weiz (2000, p. 75),

as interações, os agrupamentos, devem ser pensados tanto do ponto de vista do que se pode aprender durante a atividade como do ponto de vista das questões que cada aluno pode ‘levar’ para pensar. Um outro fator importante a considerar, além do conhecimento que os alunos possuem, são suas características pessoais: seus traços de personalidade, por um lado, e a disposição de realizar atividades em parceria com um determinado colega, por outro. Às vezes, a tomar pelo nível de conhecimento, a dupla poderia ser

perfeita, mas o estilo pessoal de cada um dos alunos indica que é melhor não juntá-los, pois o trabalho tenderia a ser improdutivo.

Outra questão primordial para a discussão dos processos de reflexão sobre o sistema de escrita refere-se aos conceitos de alfabetização e o letramento que segundo Soares (2009) devem ter sua presença na educação infantil, vejamos

As crianças, antes mesmo do ensino Fundamental devem ter acesso tanto a atividades de introdução ao sistema alfabético e suas convenções a alfabetização, como também práticas sociais de uso da leitura e da escrita, o letramento (SOARES, 2009. p.18).

O conceito de letramento fez-se necessário por causa da impossibilidade de dar um sentido mais amplo à palavra alfabetização. “Não basta aprender a ler e a escrever, as pessoas se alfabetizam, aprendem a ler e escrever, não necessariamente incorpora a prática da leitura e da escrita” (SOARES, 2001, p. 128). Segundo a autora, o indivíduo sem letramento se alfabetiza, porém não adquire competências para utilizar esta ferramenta que lhe foi ensinada.

Segundo Soares (1998) a palavra letramento compreende a ideia de que não basta apenas aprender a ler e a escrever o código escrito, mas que isso se faz necessário em que o indivíduo perceba o uso que se faz da língua por meio de práticas sociais de leitura e de escrita.

Em outras palavras, a autora ponderou que o termo alfabetização carrega o sentido da técnica de leitura e da escrita e ao termo letramento, o uso social da escrita, nos mais diversos contextos em que se apresenta no mundo

Segundo Kleiman (1995, p. 19), letramento é “um conjunto de práticas sociais que usam a escrita, enquanto sistema simbólico e enquanto tecnologia, em contextos específicos”. Entende-se o conceito de letramento de forma mais ampla que o de alfabetização, pois o letramento inclui o domínio das convenções da escrita, mas também o impacto social que dele advém.

Para Soares (2001), o tema letramento surgiu porque apareceu um fenômeno novo que não existia antes, ou se existia, não nos dávamos conta dele e não era nomeado.

A partir da década de 90, o conceito de alfabetização passou a ser vinculado ao conceito de letramento, oportunizando inúmeros estudos sobre essa relação.

Porque alfabetização e letramento são conceitos frequentemente confundidos e sobrepostos, é importante distingui-los, ao mesmo tempo que é importante também aproximá-los: a distinção é necessária porque a introdução, no campo da educação, do conceito de letramento tem ameaçado perigosamente

a especificidade do processo de alfabetização; por outro lado, a aproximação é necessária porque não só o processo de alfabetização, embora distinto e específico, altera-se e reconfigura-se no quadro do conceito de letramento, como também este é dependente daquele (SOARES, 2003, p. 90).

Albuquerque (2005) destaca que:

Apenas o convívio intenso com textos que circulam na sociedade não garante que os alunos se apropriem da escrita alfabética, uma vez que essa aprendizagem não é espontânea e requer que o aluno reflita sobre as características do nosso sistema de escrita (ALBUQUERQUE, 2005, p. 18).

Existem diversos gêneros textuais que propiciam o trabalho de reflexão sobre as palavras, tais como: poemas, cantigas, parlendas, trava-línguas, além da exploração com o nome próprio, que é fundamental, servindo como escrita estável e de referência para o alfabetizando. Aprender a leitura e a escrita tem uma importante função social, ou seja, é um processo que não se inicia apenas na escola, para Perez (1992, p. 22):

A alfabetização é um processo que, ainda que se inicie formalmente na escola, começa de fato, antes de a criança chegar à escola, através das diversas leituras que vai fazendo do mundo que a cerca, desde o momento em que nasce e apesar de se consolidar nas quatro primeiras séries, continua pela vida fora. Este processo continua apesar da escola, fora da escola, paralelamente à escola. A criança vai construindo conhecimentos sobre o mundo em que vive. Nesse processo de construção está inserida a escrita, como um objeto cultural socialmente construído.

Sendo assim a alfabetização não é um momento estanque que ocorre em um determinado período da vida escolar do aluno, é um processo que vai acontecendo antes, durante e depois da vida escolar.

Para Ferreiro e Teberosky (1999, p. 205) a aprendizagem da leitura é “entendida como o questionamento a respeito da natureza, da função e do valor desse objeto cultural que é a escrita”.

Já Soares (2004) vai dizer que aprender a ler e a escrever é um processo diferente de aprender os usos sociais da linguagem: alfabetização é a “aquisição do sistema convencional de escrita” (p. 21) e letramento é o desenvolvimento de habilidades de uso desse sistema em atividades de leitura e escrita.

Santos (2010) concorda com Soares quando afirma que alfabetizar é ensinar a codificar e decodificar a língua escrita enquanto que “o letramento é o uso que se faz da língua escrita com toda sua riqueza e complexidade, em práticas sociais de leitura e escrita”.

Essa perspectiva considerada por Santos e Soares é importante para o trabalho com língua escrita, pois os alunos podem ainda não dominar totalmente o sistema convencional de escrita, mas podem compreender e identificar os usos desse sistema em atividades práticas sociais de leitura e escrita.

Picolli (2009) afirma que muitos educadores, desde a década de 80 até hoje, vem fazendo uma leitura errada da alfabetização e do letramento. Eles abandonaram os métodos sintéticos, de repetição, memorização e decodificação de signos, para usarem somente as práticas do letramento, como se isso bastasse.

Outro aspecto muito importante que se deve levar em consideração quando se fala da Educação Infantil é que nenhum adulto tem o poder de conter o conhecimento das crianças.

Alguns educadores da Educação infantil tem receio de ensinar práticas de alfabetização ou letramento por julgarem não ser a hora certa, porém, nada pode garantir que o sujeito não aprenda por si próprio. Soares (2009) lembra que:

este é um pressuposto falso, nos contextos grafocêntricos em que vivemos, as crianças convivem com a escrita umas, mais, outras, menos, dependendo da camada social que pertençam, mas todas convivem muito antes de chegar ao ensino fundamental e antes mesmo de chegar a instituições de educação infantil (SOARES. 2009, p.1).

A autora aponta que atividades bastante comuns na educação infantil como os rabiscos, desenhos, jogos e brincadeiras, não são consideradas alfabetizadoras, porém elas já fazem parte desse processo.

Nesse sentido as atividades em que as crianças fazem seus rabiscos e dizem o que representam, já estão assimilando conceitos que mais tarde precisarão para compreenderem o sistema de escrita alfabética.

Segundo Soares (2009), pesquisas feitas pelas autoras Emília Ferreiro e Ana Teberosky comprovam que as crianças da faixa dos 4 aos 6 anos, alunas da Educação Infantil, quando orientadas e incentivadas por meio de práticas lúdicas e adequadas, evoluem rapidamente em direção ao nível alfabético.

Diante do panorama apresentado a respeito da alfabetização na Educação Infantil, tratou-se a seguir como o trabalho com o nome próprio pode ser desenvolvido nesse nível da Educação Básica.

2. O trabalho de alfabetização nome próprio na educação infantil.

Nem sempre o nome próprio dentro da sociedade teve o mesmo uso entre as pessoas, antigamente, e ainda hoje o nome servia para saber sobre a origem de alguém e, geralmente, as pessoas são mais conhecidas pelo sobrenome do que pelo seu próprio nome.

As pessoas são reconhecidas pelo seu nome ou apelido, oriundas de um núcleo familiar que se apresenta pelo sobrenome. Além disso, para efeitos legais e administrativos são identificadas pelo nome completo e pelo número de seus documentos pessoais, garantindo assim, reconhecer aquela pessoa como única e como um cidadão de direitos.

Segundo o antropólogo Cabral (2007) o nome e o sobrenome são escolhidos pela tendência de perpetuar um traço da família, homenagear alguém ou até mesmo para responder a mudanças políticas de uma época.

O antropólogo ressalta que “se já existe um nome para a criança, mesmo antes de ela existir fisicamente, é porque o processo da sua existência social está já em movimento” (CABRAL, 2007, p. 12).

Diante desse referencial de identidade e reconhecimento de um indivíduo, o processo de alfabetização o nome próprio se configura como primeiro repertório de letras que a criança possui. Além disso, quando o professor faz um trabalho intensivo de reflexão sobre a escrita, a criança tem condições de se apropriar, também, da escrita do seu nome e dos seus colegas. E, com isso, vai criando uma infinidade de possibilidade de se constituírem novos fonemas por meio da composição de diferentes grafemas.

A esse respeito Cortez e Tonello (2001, p. 10) afirmam que “a escrita do nome próprio é uma importante conquista para a criança que está em processo de alfabetização. A partir dessa referência estável ela pode pensar mais sobre como a escrita funciona”.

Na etapa inicial de compreensão do sistema de escrita, Ferreiro e Teberosky (1999) asseveram que a maioria das crianças apresenta grafismos primitivos como representação da

escrita, ou seja, apresentam rabiscos, pseudoletas e misturam letras e números. Para estas crianças escrever não é a mesma coisa que desenhar. Sendo que nas primeiras tentativas de escrita, as crianças produzem grafias que tentam se parecer com letras, pois elas conhecem as letras e se utilizando de convenções da escrita, tais como: alinhamento, orientação da esquerda para a direita, distribuição do texto no espaço.

Antunes (2008) salienta que o trabalho com os nomes pode ajudar as crianças a avançarem no processo de apropriação do sistema de escrita. Sendo o nome próprio uma fonte de consulta e de referência para elas poderem ler ou escrever outras palavras.

Parece conveniente ressaltar que o nome próprio contribui para iniciarmos um trabalho sistemático de compreensão do Sistema de Escrita Alfabética (MORAIS, 2012).

Morais (2012) aponta algumas propriedades do Sistema de Escrita Alfabética que as crianças precisam compreender na Educação Infantil que se escreve com letras, que não podem ser inventadas, que esta têm um repertório finito e que são diferentes de números e outros símbolos. Essa habilidade pode ser desenvolvida com a utilização do nome próprio.

Além disso, as crianças poderão perceber com o trabalho com seu nome, segundo Moraes (2012) que a ordem das letras no interior da palavra não pode ser mudada e que as letras têm formatos fixos e pequenas variações produzem mudanças na identidade das letras, tais como: p, q, b, d. Podem observar, também que uma letra pode se repetir no interior de uma palavra e em diferentes palavras, ao mesmo tempo em que distintas palavras compartilham as mesmas letras e que nem todas as letras podem ocupar certas posições no interior das palavras e nem todas as letras podem vir juntas de quaisquer outras.

Morais (2012, p. 31) também defende o entendimento a respeito do SEA é fundamental para o processo de alfabetização e apresenta outras propriedades do sistema de escrita alfabética que as crianças precisam compreender:

As letras têm valores sonoros fixos, apesar de muitas terem mais de um valor sonoro e certos sons poderem ser notados com mais de uma letra; além de letras, na escrita de palavras, usam-se, também, algumas marcas (acentos) que podem modificar a tonicidade ou o som das letras ou sílabas onde aparecem; as sílabas podem variar quanto às combinações entre consoantes e vogais (CV, CCV, CVV, CVC, V, VC, VCC, CCVCC...), mas a estrutura predominante no português é a sílaba CV (consoante-vogal), e todas as sílabas do português contêm, ao menos, uma vogal; a direção predominante da escrita é a horizontal, com traçado da esquerda para a direita; as unidades do texto são as palavras, que são isoladas entre si através do espaçamento. As palavras podem ser segmentadas em partes (sílabas) que são compostas de unidades sonoras (fonemas).

Diante da necessidade de se trabalhar todas estas propriedades do SEA, Soares (2004) assevera que temos de enfrentar um problema vivenciado em muitas de nossas escolas que a autora intitulou como “desinvenção” da alfabetização, que surge com a disseminação do conceito de letramento e se referem às práticas alfabetizadoras que mergulham direto nos usos sociais da escrita materializados nos trabalhos com os gêneros textuais esquecendo-se de considerar as especificidades do processo de apropriação do Sistema de Escrita Alfabética (SEA).

Soares (2004, p. 12) afirma que a

alfabetização é uma parte constituinte da prática da leitura e da escrita, ela tem uma especificidade, que não pode ser desprezada. É a esse desprezo que chamo de “desinventar” a alfabetização. É abandonar, esquecer, desprezar a especificidade do processo de alfabetização.

Além disso, temos outro contraponto importante para se efetivar o trabalho com nome próprio na alfabetização, como defende Santos (2010), ainda hoje, a maioria das escolas de Educação Infantil fazem atividades de leitura e escrita a partir da concepção tradicional de alfabetização, onde aprendem os encontros vocálicos, vogais maiúsculas, e minúsculas e dificilmente formam palavras, a não ser a escrita do próprio nome. Ensinar as palavras-chaves, decompô-las em sílabas e realizar exercício de escrita através de ditados e cópias de letras, sílabas e palavras de maneira isolada, atividades de leitura com as cartilhas e exercícios escritos no caderno e folhas xerocadas.

Está concepção tradicional de prática alfabetizadora não é a defendida neste artigo que pretende evidenciar a importância da escrita do nome próprio para o trabalho de alfabetização, pois, apresenta uma função social definida em nossa cultura de identificar as pessoas, identificar aquilo que ela pertence para referir-se e localizar-se como indivíduo em uma sociedade.

Trescastro et. al. (2010, p. 11) afirma que “existem inúmeras atividades que podem ser desenvolvidas a partir do nome próprio das crianças”, a partir disso, há três critérios bastante importantes: “situações em que o foco da atividade seja ler ou escrever; situações em que a criança possa pensar sobre os usos e as funções da escrita e como se escreve; situações em que ler e escrever o nome sejam práticas necessárias e socialmente reconhecidas”

Tais sugestões oferecem condições para que os alunos possam refletir sobre o sistema de escrita, apoiados em um referencial importante e significativo para eles e que lhes dê segurança para escrever e ler seu próprio nome.

Nesse sentido, muitas são as atividades que trabalham com a alfabetização na Educação Infantil, dentre os quais se podem destacar:

Escrita espontânea, observação da escrita do adulto, familiarização com as letras do alfabeto, contato visual frequente com a escrita de palavras conhecidas, sempre em um ambiente no qual estejam rodeadas de escrita com diferentes funções como: calendário, lista de chamada, rotina do dia, rótulos de caixas de material didático, etc. (SOARES, 2009, p.1).

Para a organização de atividades lúdicas de alfabetização e letramento na Educação Infantil é necessário planejar práticas de leitura e escrita que levem os alunos à reflexão sobre o sistema de escrita alfabética. Isso exige do professor saber exatamente, não só o que ele tem por objetivo de trabalho, mas também decidir sobre as diferentes formas de proposição de uma atividade, podendo propor uma reflexão sobre a escrita propriamente dita ou a reflexão sobre a função social dos textos que circulam socialmente.

As crianças adoram desafios e por isso os jogos são importantes durante todo o processo de ensino e aprendizagem, os jogos propiciam às crianças a oportunidade de conhecer mais as letras, utilizar as estratégias de leitura que são seleção, antecipação, influência e verificação, associar as letras iniciais e finais, etc.

Nas atividades com nomes próprios as crianças precisam utilizar todas as estratégias para alcançar o objetivo proposto, utilizando diferentes estratégias de leitura que são seleção, antecipação, influência e verificação, associar as letras iniciais e finais, etc. Além disso, podem refletir sobre o sistema da escrita comparando com o nome dos outros colegas para checar suas inferências, utilizando seus conhecimentos prévios sobre quais letras deverá utilizar para escrever aquele determinado nome e, por fim, selecionar o correto para marcar.

Conforme pondera Trescastro et. al. (2010) nessas atividades há a necessidade real de leitura. Isso faz com que a criança utilize hipóteses de leitura, entrando em conflito com o que ela já sabe e o novo conhecimento proposto, contribuindo significativamente para a aprendizagem.

De acordo com Cortez e Tonello (2001) o fato é que ninguém aprende as letras do nome a partir do nada, as situações de aprendizagem precisam ser contextualizadas, a criança precisa fazer relação, comparar, compreender, associar e pensar para compreender como se escreve seu nome e o dos colegas para potencializar seu aprendizado.

É muito comum em classes de Educação Infantil o trabalho de leitura com o nome próprio utilizando a chamadinha, etiquetas com os nomes dos alunos nas cadeiras e nos

pertences. Acredita-se que essas atividades são meios facilitadores de reconhecimento do próprio nome pela criança, onde podem ser desenvolvidas outras atividades com o nome próprio como: escrever o nome com a caneta, incentivar a leitura dos nomes sem dicas, atividades com letras móveis, cantar músicas onde se incluam os nomes, modelar as letras do nome com a massinha, ler letras dos nomes em outras palavras, escrever o nome com tinta, etc.

Também é interessante que a professora em todas as atividades que realiza com os alunos, peça para eles escreverem seu nome. Dessa forma, as crianças possam poderão perceber a importância da escrita do nome que estabelece a diferenciação e o pertencimento em relação “ao outro” do mesmo grupo.

Conforme pondera Silva (2008), durante o desenvolvimento da linguagem a criança quando começa a interagir em seu meio, percebe que as coisas e pessoas são identificadas por uma palavra, o nome, facilitando a comunicação por meio de sua forma sonora.

Esse processo utilizado pela criança para se comunicar passa pelo ato de brincar e de desenhar, construindo o que Vygotsky (1987) chamou de pré-histórico da língua escrita, que para ele, é o momento importante para a criança perceber a necessidade e a função social da escrita e, também, apropriar-se do sistema alfabético.

Bosco (2008) acredita que a partir do momento em que a criança passa a ter acesso à língua escrita, ela entende que as palavras faladas que nomeiam as coisas, objetos e personalidades, também tem uma representação gráfica. Quando a criança inicia esse processo de construção da escrita, ela começa a ter um grande interesse por tudo que está escrito, procura a letra do seu nome em todas as palavras, sendo assim, aprender a escrever o nome significa, aos olhos dos pais e da escola, um primeiro grande triunfo da criança nas letras.

Na Educação Infantil, o registro oral e escrito do nome próprio servirá para identificá-la, marcando suas diferenças e semelhanças das outras crianças, estando em todos seus objetos, como seus materiais, na lista de chamada e em suas atividades.

Ferreiro e Teberosky (1999) ponderam que uma das primeiras tentativas da criança de usar a escrita para nomear as coisas e pessoas, ocorre como se esta fosse muito mais um atributo ou uma marca, do que um símbolo que as representa.

Quando chegam à escola as crianças já apresentam conhecimentos diversos em relação à escrita, pois algumas já dominam o sistema alfabético, outras estão adquirindo o processo de aquisição e algumas desconhecem até mesmo o nome das letras.

Segundo Lemos (1998) assevera que o processo de aquisição da escrita se dá quando alguns fragmentos de escrita passam a ser percebidos, pelo alfabetizando, em outros de seus aspectos gráficos, após terem sido inseridos em diferentes práticas discursivas orais que permitam que a criança os ressignifique.

Pode-se observar que o processo de construção do nome próprio se assemelha ao de outras palavras, porém, a diferença é pelo fato de ser ele uma das primeiras palavras que significam uma interpretação real, verdadeira e estável de algo singular, o que segundo Teberosky (1993) facilitaria a informação sobre a ordem do conjunto de letras que compõem a palavra que está sendo escrita.

Quando a criança está no processo de aquisição da língua escrita, o nome próprio poderá ser tanto fonte de informação, quando de conflito, dependendo das hipóteses em que se encontra, pois, mesmo o nome próprio favorecendo a compreensão da convenção da escrita, em alguns casos a faz contrariando as convenções ortográficas.

O nome próprio é uma referência, pois significa a identidade de um indivíduo. Existe uma diferença entre o nome próprio e o comum, o nome comum, perguntamos o que ele significa já o nome próprio nos leva a interrogar sobre quem seria seu portador.

Além do mais o nome próprio possibilita a diferenciação simbólica de cada um dos membros de uma família, ao mesmo tempo em que assegura a agregação simbólica de todos em um grupo (MARTINS, 1991 p. 16).

Para compreendermos o nome próprio enquanto significante puro, Bosco (1999, p. 44) “compara este às letras, elas têm nomes e, muitas vezes, sua emissão fonética é confundida com o mesmo, comprometendo a compreensão do que elas são e o que podem significar” .

Essa comparação pode ser observada no processo de alfabetização, quando as crianças utilizam o nome da letra para representar sua emissão fonética, como podemos observar nas escritas das palavras BTRABA (beterraba) e CNORA (cenoura).

Sendo assim, o encontro com a escrita do nome próprio para o aluno, pode proporcionar-lhe a possibilidade de retificar algumas ideias sobre ele que, direta ou indiretamente possam estar interferindo na aquisição da escrita em geral, onde o aluno à medida que domina a língua escrita pode nomear as coisas, objetos e pessoas por escrito.

Conforme o Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil (BRASIL, 1998, p. 147), “saber escrever o próprio nome é um valioso conhecimento que fornece às crianças um repertório básico de letras que lhes servirá de fonte de informação para produzir outras

escritas”. Nesse sentido é relevante estudarmos o nome próprio como formador da identidade do indivíduo, o que discutiremos na próxima seção.

3. O nome próprio e a formação da identidade.

Segundo Santos (2003) a criança começa a ter sua identidade por meio do convívio com outras pessoas, com quem interagem. Com a família ela tem a primeira matriz de socialização, porém ela participa de outros espaços sociais, como festas, igrejas, clubes, feiras, o que resulta em uma diversidade étnica e cultural.

Essas crianças que começam a frequentar a instituição infantil, e entram em contato com a escrita de seus nomes ao utilizar seus uniformes, materiais de uso pessoal e reproduções gráficas, sendo função do professor oferecer condições para a criança descobrir a base alfabética da escrita com compreensão e significado.

Silva (2008) afirma que a escrita do nome próprio é extremamente importante para as crianças que percebem o nome como o primeiro indício de formação da sua identidade e que o diferencia dos outros indivíduos.

É interessante que desde o primeiro dia de aula, tenha crachás de identificação contendo o nome de cada aluno e também do professor. Essa práticas devem fazer parte dos recursos didáticos da turma.

Por meio das atividades propostas pelo professor, cada aluno aprenderá reconhecer seu nome e o nome de seus amigos mesmo sem saber ler, esta forma de pré-leitura incentiva o aprendizado de novas palavras.

O nome próprio também pode servir como fonte de desequilíbrio para alguns conceitos das crianças, algumas passam por uma fase em que acreditam que as pessoas adultas possuem nomes grandes e vice e versa, porém quando eles começam a observar que o nome de seu colega tem menos letras em relação a sua altura, mesmo o colega sendo o mais alto da turma, esta informação fará com que reflita, gerando um conflito que o conduzirá a uma reformulação de sua maneira de pensar.

Bosco (1999) utiliza-se da psicanálise lacaniana para entender como se dá o processo de identificação. Assim, explica que o mais importante é a identificação do significante, isso se refere a consciência que temos do nosso eu em relação ao outro.

Na escola cabe ao professor favorecer a mediação entre o sujeito e a linguagem, de maneira que a relação sujeito-objeto possa ser refeita, permitindo que a criança se ressignifique. Segundo Lacan (apud BOSCO, 1999, p.21)

Para que uma relação assuma seu valor simbólico é preciso haver a mediação de um terceiro personagem que realize, em relação ao sujeito, o elemento transcendente graças ao qual sua relação com o objeto pode ser sustentada a certa distância.

Na escola, o professor é o terceiro personagem que poderá favorecer a mediação entre o sujeito e a linguagem, de maneira que a relação sujeito-objeto, possa ser refeita, permitindo que a criança a formulação de novos significados.

A segunda forma de identificação está relacionada com a apreensão do significante puro, a identificação do sujeito na medida em que ele faz surgir no mundo o traço unário, ou seja, seu traço da identificação.

O primeiro sinal de identidade é o nome, pois é através dele que a criança reconhece e é reconhecida, trazendo para instituição infantil os nomes dos alunos é de grande importância, que os torna diferentes dos demais. Nada mais significativo do que incluir no seu processo de alfabetização a palavra que está mais próxima, que faz parte da sua pessoa, o nome.

Se quisermos induzir as crianças a se tornarem leitores nossos métodos de ensino devem estar em concordância com a riqueza do vocabulário falado pela criança, em concordância com a sua inteligência, com a sua curiosidade natural, sua ânsia de aprender novas coisas, seu desejo de desenvolver a sua mente e sua compreensão do mundo, e seu desejo ávido que se estimule a sua imaginação. (BETTELHEIM, 1980, p.35)

Bosco (1999) afirma que a escrita do professor permite à criança reconhecer-se em seus trabalhos, identificando o seu nome entre os de outros colegas.

Dessa forma, o trabalho da professora com a escrita do nome próprio faz com que a criança passe a espelhar-se nessa escrita, iniciando a grafia de traços, ao interpretar um traço da criança como uma letra, a professora causa um efeito sobre a criança, que passará a usar variações desses traços por escrito.

Ferreiro e Teberosky (1999) afirmam que o nome próprio é a primeira forma de escrita e cumpre uma função muito importante dentro da psicogênese.

Gelb (apud FERREIRO e TEBEROSKY, 1999) percebeu que a escrita de nome próprio teve um papel muito importante dentro da história, sendo assim estudo a escrita sumeriana, que era a mais antiga, utilizava-se argila para escrever os sinais, os que mais eram utilizados eram os sinais verbais limitados à expressão de objetos, numerais e nome de pessoas.

Durante as primeiras fases da logografia ficou fácil de expressar palavras concretas, como do sol pelo desenho do sol, mas pensaram não somente nos objetos dos nomes das palavras, mais sim em ser representados por assimilação das palavras.

Diante do exposto, o sol seria representado por palavras “brilhante” depois “dia” e assim sucessivamente.

É importante, então, saber que as crianças são diferentes, possuem características próprias, tendo seus costumes, realidades e valores, e o professor deve ser capaz de acolher cada criança compreendendo-a e valorizando as suas experiências, podendo ter um grande impacto na formação de sua personalidade e de sua autoestima, já que sua identidade está em construção.

Conforme Santos (2008) a identidade faz parte de cada pessoa, ela diferencia as pessoas, começando pelo nome, mesmo existindo várias pessoas com nomes iguais, o nome é único, as diferenças estão nas características físicas, de modos de agir, de pensar e da história pessoal de cada um.

Quando a criança entra na instituição de Educação Infantil ela aumenta seu universo, pois o convívio com outras crianças e com adultos de culturas costumes diferentes farão com que ela adquira conhecimentos sobre realidades distantes, vendo as diferenças étnicas e culturais.

Para Ferreiro e Teberosky (1999) na tribo dos índios é normal que cada indivíduo tenha seu próprio nome, porém nas cidades existem várias pessoas com o mesmo nome, tendo que ser identificadas por sua filiação e lugar de origem. Gelb (apud FERREIRO e TEBEROSKY, 1999, p. 222) afirma que “A necessidade de uma representação adequada para o nome próprio levou finalmente ao desenvolvimento da fonetização”.

O referido autor conclui essa passagem, ainda não é a utilização de características convencionais com valor sonoro, mas sim levar princípio usando identidades ou semelhanças sonoras entre palavras para ter outras, podendo ser por meio de desenhos como um sol com desenho de um dado para expressar ficaria “Soldado”, levando assim a uma forma progressiva, tendo a necessidade de adotar uma ordem de sinais que corresponda à ordem de emissão na linguagem.

Dessa maneira, nada é mais significativo do que incluir no seu processo de alfabetização a palavra que lhe está mais próxima, que é parte de sua pessoa, ou seja, seu o nome.

Considerações finais

O presente estudo permitiu-nos constatar que o nome próprio traz significativas contribuições para alfabetização, fornecendo suporte para compreensão de que a escrita do nome é o texto mais próximo da criança,

Partindo do conceito do trabalho de alfabetização com nome próprio, observa-se que a escrita exige da criança acionar o que ela sabe sobre a escrita do seu próprio nome, sendo essencial para que ela observe quais são as letras que têm, quais letras que vêm antes, quais letras que vêm depois e quantas são, podendo assim ir avançando no seu processo de desenvolvimento da escrita.

Considera-se então que a escrita do próprio nome representa uma oportunidade privilegiada de reflexão sobre o funcionamento do sistema de escrita, pelas seguintes razões tanto do ponto de vista linguístico como do gráfico. O nome próprio é um modelo estável e se refere a um único objeto, com o que se elimina para a criança, a ambiguidade na interpretação; do ponto de vista da função social, fica claro que identificar objetos ou indivíduos com nomes faz parte dos intercâmbios sociais da nossa cultura e, por fim, garante a formação da identidade da criança uma vez que o nome é uma marca que o distingue dos demais indivíduos, traz mais do que uma grafia específica, ele traz também uma história, um significado.

Conclui-se que a escrita do próprio nome representa uma oportunidade privilegiada de reflexão sobre o funcionamento do sistema de escrita, pelas seguintes razões tanto do ponto de vista linguístico como do gráfico. O nome próprio é um modelo estável e se refere a um único objeto, com o que se elimina para a criança, a ambiguidade na interpretação; do ponto de vista da função social, fica claro que identificar objetos ou indivíduos com nomes faz parte dos intercâmbios sociais da nossa cultura e, por fim, garante a formação da identidade da criança uma vez que o nome é uma marca que o distingue dos demais indivíduos, traz mais do que uma grafia específica, ele traz também uma história, um significado.

Referências

ALBUQUERQUE, Eliana Borges Correia. *Conceituando alfabetização e letramento*. Belo Horizonte: Autêntica, 2005.

ANTUNES, Rosa. *O papel pedagógico do nome próprio*. Revista Avisa lá, Junho de 2008, p Disponível em: <<http://www.alemdasletras.org.br/entrevista-rosa.php>>. Acesso em: 10 de Out. 2015.

BETTELHEIM, Bruno. *A psicanálise dos contos de fada*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1980.

BOSCO, Z. *A errância da letra: o nome próprio na escrita da criança*. Tese de Doutorado. São Paulo: UNICAMP, 2008. Disponível em: <<http://libdigi.unicamp.br/document/list>>. Acesso em: 02/ 09/ 2015.

BOSCO, Z. *No Jogo dos Significantes: a Infância da Letra*. Dissertação de mestrado. São Paulo: UNICAMP, 1999. Acesso via site em agosto de 2015. <http://servicos.capes.gov.br/capesdw/resumo.html?idtese=19993833003017030P2>.

BRASIL. *Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil*. Ministério da Educação e do Desporto. Secretaria de Educação Fundamental. Brasília: MEC/SEF, 1998. v. 3.

CABRAL, J. P. *O limiar dos afetos: algumas considerações sobre nomeação e a constituição social de pessoas*, 2007. Disponível em: <http://www.ceao.ufba.br/fabrica/txts/cabral/limiar.doc>. Acesso em 20 de Set. de 2015.

DE LEMOS, C. T. G. *Sobre a Aquisição da Escrita*. Campinas: Mercado das Letras, 1998.

FERREIRO, E. Sobre a necessária coordenação entre semelhanças e diferenças. In: CASTORINA, J. Piaget. *Vygotsky: novas contribuições para o debate*. 6ª ed. São Paulo: Ática, 2006.

FERREIRO, E. *Passado e presente dos verbos ler e escrever*. São Paulo: Cortez, 2009.

FERREIRO, E. e TEBEROSKY, A. *A Psicogênese da Língua Escrita*. Porto Alegre: Artes Medicas 1999.

KLEIMAN, A. B. *Os significados do letramento*. Campinas: Mercado de letras, 1995.p.19.

MARTINS, F. *O Nome Próprio: da gênese do eu ao reconhecimento do outro*. Brasília: Editora UNB, 1991.

MORAIS, A. G. *Sistema de Escrita Alfabética*. São Paulo: Melhoramentos, 2012.

PEREZ, C. L. V. O prazer de descobrir e conhecer. IN: GARCIA, Regina Leite (org.). *Alfabetização dos alunos das classes populares, ainda um desafio*. São Paulo: Cortez, 1992.

PICOLLI, Luciana. *Prática pedagógica nos processos de alfabetização e de letramento*. Porto Alegre: Artmed, 2009.

SANTOS, M.G. *O processo de alfabetização na educação infantil*. Monografia (graduação em Pedagogia). Faculdade de Formação de Professores. Rio de Janeiro: UFRJ, 2010. 43 p.

SANTOS, R.V. *Impasses na relação do aluno com a escrita*. Dissertação (Mestrado em linguística aplicada e estudos da linguagem). São Paulo: PUCSP, 2008.

SILVA, M.M.M. *Entre a letra e o nome: Alfabetização de alunos em situação de fracasso escolar a partir da intervenção de orientação psicanalítica*. Dissertação Programa de Pós-Graduação em Fracasso Escolar. Minas Gerais: UFMG, 2008.

SOARES, Magda. *Alfabetização e letramento*. São Paulo: Contextos, 2003.

SOARES, Magda. Letramento e alfabetização: as muitas facetas. In: *Revista Brasileira de Educação*, nº 25, Rio de Janeiro, jan./abr. 2004.

SOARES, Magda. *Letramento: Um tema de três gêneros-2ed*, Belo horizonte: Autentica, 2001.

TEBEROSKY, A. *Psicopedagogia da Língua Escrita*. São Paulo: Editora Vozes, 1993.

TRESCASTRO, L. et. al. Nome próprio na Alfabetização. *Revista Avisa lá*, Ano X, n. 41, 2010, p. 11-23.

VYGOTSKY, L. S. *Pensamento e linguagem*. São Paulo: Martins Fontes, 1987.

WEISZ, Telma. *O diálogo entre o ensino e a aprendizagem*. São Paulo: Ática, 2000.